

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**THIAGO LUIZ DA SILVA**

**IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO: A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO  
SUL E OESTE DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010**

**THIAGO LUIZ DA SILVA**

**IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO: A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO  
SUL E OESTE DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

**CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010**

**THIAGO LUIZ DA SILVA**

**IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO: A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO SUL E OESTE DE  
SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura e Bacharelado, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em história regional.

Criciúma, 08 de Dezembro de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto - UNESC - Orientador

Prof. Msc. Antonio Luiz Miranda - UNESC

Prof. Msc. Paulo Sergio Osório - UNESC

**Dedico este Trabalho a minha família.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus; a minha mãe Vera Lucia, ao meu pai Aldemir e a minha irmã Thiana, que sempre me ajudaram nas horas mais difíceis, bem como minha namorada Juliana Alessi, pela compreensão nos momentos que estive longe. Ao professor e orientador João Henrique Zanelatto, agradeço pela paciência e sabedoria em me guiar na concretização deste estudo. Sou muito grato também a todos os amigos e colegas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização de mais esta etapa em minha vida.

## RESUMO

No final do século XIX, a Itália passava por condições precárias, agravadas após a sua unificação. O Brasil, por sua vez, estava implantando a política de colonização, e uma grande campanha foi realizada na Itália divulgando tal fato, o que fez com que muitos se aventurassem em terras brasileiras. O presente trabalho teve como objetivo fazer uma comparação entre a colonização italiana em Santa Catarina, destacando as regiões Sul e Oeste do estado, apontando para as diferentes correntes de povoamento que se instalaram nessa região. Esse estudo aponta ainda o contexto histórico das regiões pesquisadas, a fim de mostrar que a imigração se desenvolveu no Sul, e a migração aconteceu no Oeste de Santa Catarina.

**Palavras Chaves:** Imigração. Migração. Santa Catarina. Itália. Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
<b>3 A ITÁLIA NO SÉCULO XIX .....</b>	<b>10</b>
<b>3.1 A Política de Colonização no Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>3.2 Italianos em Santa Catarina .....</b>	<b>13</b>
<b>3.3 Italianos no Rio Grande do Sul .....</b>	<b>14</b>
<b>4 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: OS ITALIANOS NO OESTE DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>17</b>
<b>4.1 A Colonização italiana no Sul de Santa Catarina .....</b>	<b>221</b>
<b>5 ITALIANOS NO OESTE E NO SUL: COMPARANDO A COLONIZAÇÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é mostrar como se desenvolveu o processo de colonização no Brasil, em especial a colonização italiana no estado de Santa Catarina, destacando as regiões Sul e Oeste. No Sul, destaca-se a questão da Imigração, e no Oeste, a Migração, objetivando assim realizar uma análise comparativa entre os dois processos de colonização no estado.

Os principais questionamentos que fundamentaram essa pesquisa objetivam compreender as razões que levaram os imigrantes ao Sul, bem como o porquê da migração na região Oeste. Busca-se entender também a maneira como foram negociadas as terras com os colonos, as diferenças e semelhanças entre as colonizações do Sul e do Oeste, entre outras. Ou seja: procura-se conhecer um pouco mais dessas duas regiões colonizadas por italianos, especialmente pelo fato de que, sendo eu descendente de italianos, catarinense, natural da região Oeste, que escolheu a região Sul do estado como sua de coração, acredito ser necessário tal estudo entre essas duas regiões.

A literatura selecionada para esta pesquisa conta com autores que têm suas obras voltadas aos estudos da imigração italiana, os quais contam com duas vertentes: a tradicional e as novas abordagens. Entre os estudos tradicionais destaco João Leonir Dall'Alba e Walter Fernando Piazza.

Dall'Alba em sua obra *Imigração Italiana em Santa Catarina*<sup>1</sup>, discorre sobre o povoamento italiano no litoral do estado, usando como fonte os relatórios dos cônsules ao governo italiano na última década do século XIX e na primeira do século XX. No entanto, Dall'Alba não faz uma análise dessas fontes e sim uma tradução desses relatórios. Do ponto de vista da colonização, Dall'Alba divide sua obra em quatro zonas: 1ª - A ilha de Santa Catarina; 2ª - O Sul do Continente; 3ª - O norte e 4ª - O campo Chamado Comumente de Serra.

Walter Piazza, por sua vez, traz em sua obra *A Colonização de Santa Catarina*<sup>2</sup>, um relato sobre a ocupação do território catarinense, desde o processo de colonização no Brasil Colonial até a República. Para tal, traz estudos da ocupação

---

<sup>1</sup> DALL' ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. p. 182.

do luso-açoriano fundamentado em um amplo substrato étnicocultural, analisando outras colonizações de grupos não-portugueses, que principalmente no século XIX, preencheram o vazio demográfico do território catarinense.

Em relação às novas abordagens sobre os imigrantes italianos e seus dependentes, destaco os autores José Carlos Radin e Renzo Maria Grosselli. No livro *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense*<sup>3</sup>, Radin faz sua pesquisa sobre o processo de colonização do Oeste de Santa Catarina pelos italianos e ítalo-brasileiros, provenientes, na sua grande maioria, do Rio Grande do Sul. Radin sintetiza as diferentes memórias socioculturais dessas comunidades que chegam à região a partir de 1920.

Em sua outra pesquisa, *Representações da Colonização*<sup>4</sup>, Radin, em perspectiva cultural, reconstrói a atuação das companhias colonizadoras em Cruzeiro no início do século XX, evidenciando como aconteceu o processo de ocupação da região, a convivência do poder público com os interesses do capital privado, os artifícios mobilizados para a venda de lotes, o modelo de propriedade imposto, além de fornecer um vivo quadro do cotidiano dos colonos.

Renzo em sua pesquisa *Vencer ou Morrer*<sup>5</sup> traz uma ampla abordagem do fenômeno da emigração italiana, especialmente do Trentino para a América, a partir de uma perspectiva marxista. Sua análise da sociedade camponesa do Norte evidencia grandes mutações que a mesma passa a sofrer com o advento do capitalismo a partir do século XIX. Situa o fenômeno da emigração como uma verdadeira revolução dos camponeses, que vieram buscar na América aquela sociedade que estavam perdendo na Europa.

Essas são algumas das obras utilizadas para a realização desta pesquisa, no entanto, outros autores também foram pesquisados no decorrer do trabalho. Vale ressaltar que esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico, então procura-se, por meio de obras já publicadas, as respostas aos questionamentos iniciais sobre o referido assunto.

---

<sup>2</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994. p. 372.

<sup>3</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. 188 p.

<sup>4</sup> RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó, SC: Argos, 2009. 322 p.

<sup>5</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 590 p.

Esse trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro capítulo, destaca-se a situação pela qual passava a Itália no século XIX, abordando a política de colonização no Brasil. Como é o objetivo do trabalho, faço uma breve análise sobre os Italianos em Santa Catarina, em específico no Litoral. Além disso, busca-se analisar a imigração italiana no Rio grande do Sul, em especial a do Nordeste riograndense, observando a existência de forte movimento migratório no estado do Rio Grande do Sul motivado por problemas de esgotamento do solo e um forte crescimento demográfico nas colônias italianas do local.

No segundo capítulo, objetiva-se discorrer sobre a Migração e Colonização: Os Italianos no Oeste de Santa Catarina. Observa-se o grande trabalho das companhias colonizadoras para atrair esse excedente populacional para as novas terras, as questões precárias de infraestrutura, e busca-se evidenciar as razões que atraíram os migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense.

Com relação à colonização italiana no Sul de Santa Catarina, relata-se o caminho feito pelos colonos no porto de Laguna até a chegada ao lote que haviam comprado, destacando a fundação das primeiras colônias e o seu desenvolvimento. As disputas de poder que aconteceram nas colônias entre os comerciantes, padres e cônsules visando aos cargos públicos e a questão da herança entre os colonos também são importantes temas tratados no referido capítulo.

No terceiro e último capítulo, apresenta-se ao leitor a definição de colonização, buscando-se comparar as colonizações italianas no Sul e Oeste de Santa Catarina, cada qual com suas especificidades: a do Oeste, com a questão da Migração; a do Sul, com a Imigração. Aborda-se a questão da estruturação das regiões quando os colonos chegaram, a venda das terras, que ocorreu de maneira diferente entre as regiões e a infraestrutura, precária para ambas as colonizações.

## Capítulo I

### 2. A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL

#### 3. A ITÁLIA NO SÉCULO XIX

Luiz de Boni faz uma abordagem em sua obra sobre a situação na qual se encontrava a Itália até 1870. O autor mostra que o país era dividido em reinos, ducados e repúblicas, e dividido em três grandes regiões: o Norte, sob domínio do império Austro-Húngaro; o Oeste, ligado à Casa de Sabóia e à França; o Sul, dividido entre a influência do Vaticano e diversas microrregiões autônomas.

Segundo Luiz de Boni, o início da unificação foi em 1848, com a revolta do Piemonte contra os austríacos, seguida de diversos movimentos, culminando em 1870 com a conquista de Roma.

A Itália, no contexto da unificação, continuava essencialmente rural. A base da economia centrava-se no cultivo da terra. Os trabalhadores, sem terra ou pequenos proprietários, encontravam-se atrelados aos grandes senhores e a igreja.<sup>6</sup>

José Carlos Radin faz uma discussão sobre a unificação da Itália, ressaltando a economia que estava muito dependente de poucos industriais, exploradores da força operária, e de muitos latifundiários, exploradores da força agrícola, baseado num sistema tradicional e ultrapassado, com resquícios muito fortes do esquema medieval do feudalismo. Como antes da unificação, na região Norte manteve-se a estratificação social com muito ricos e muitos pobres.

Segundo Radin, diante da crise agrícola que se abateu sobre a Europa, em 1880, o Reino da Itália tentou a distribuição de terras a pequenos proprietários sem sucesso. Os elevados impostos e as dificuldades de produção fizeram com que mais de duzentas mil famílias tivessem suas propriedades confiscadas em dez anos.

Diante dos fatos observados, percebe-se que os problemas vividos pela população pobre da Itália, depois da unificação, ao invés de resolvidos foram agravados, ficando ausentes quaisquer perspectivas de melhoras. E no Norte a situação era agravada pela constante ameaça de novos conflitos com o Império Austro-Húngaro.

---

<sup>6</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. p. 49.

### 3.1 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL

A elite portuguesa previa em 1808 a vinda de europeus para povoar o Brasil, seja para promover o branqueamento da raça, para ocupar o solo, para organizar um exército de defesa ou para desenvolver a agricultura. O Estado brasileiro estabeleceu uma legislação específica para a política imigratória. O decreto de 25 de novembro de 1808 explicitava as intenções de auxílios e concessões, ao referir-se às finalidades da imigração, “para tal, oferecia-se custo da viagem, o lote rural, sustento, auxílio financeiro, sementes, animais tudo gratuitamente”.<sup>7</sup>

De acordo com Piazza, em 1828, o Governo Imperial ordenava ao Presidente da Província de Santa Catarina que instalasse os colonos alemães enviados. Foi então designado para escolher o local da colônia o sargento-mor Silvestre José dos Passos, e, no dia nove de fevereiro de 1829, foi nomeado Diretor da Colônia “São Pedro de Alcântara”. “Em 1º de março estavam no sertão os primeiros colonos”<sup>8</sup>. Com relação à imigração italiana para Santa Catarina, chegavam ao porto de Desterro, em 1836, 186 colonos naturais da ilha da Sardenha, no então município de São Miguel, nas margens do rio Tijucas Grande, e a colônia passou a chamar-se “Nova Itália”.

A partir de 1850, com a Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que dispunha sobre as terras devolutas, o governo brasileiro passou a reorganizar as concessões que até então eram realizadas. Essa lei estabelecia a compra como a única forma de acesso a terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. Com essa lei, houve o término da distribuição gratuita das terras, tornando-se plenamente mercadoria, isto é, o título de propriedade seria obtido apenas por meio da compra.

Para Renzo, “pode-se explicar, por exemplo, a relação existente entre o desenvolvimento do capitalismo<sup>9</sup> na Inglaterra e a imigração trentina no período

---

<sup>7</sup> DE BONI, Luiz A. **Causas da Imigração Italiana**. In. Costa, Rovilio. *Antropologia Visual da Imigração Italiana*. Caxias do Sul: UCS/ESTSLB, 1976. p. 26.

<sup>8</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994. p. 92 -93.

de 1874-1880 no Brasil”<sup>10</sup>. Foram os navios ingleses que obrigaram o governo brasileiro a diminuir antes e a abolir depois a importação de escravos da África junto com a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, colocando fim ao tráfico de escravos. Isso, segundo Renzo, teria induzido o governo brasileiro a voltar-se para a Europa para substituir o braço negro pelo braço dos camponeses nas plantações de café e de algodão, produtos esses requeridos pela metrópole industrial.

A fragmentada Alemanha da época, por sua vez, também via com bons olhos as iniciativas de colonização promovidas no Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul), tanto que de 1850 a 1874 imigraram para Santa Catarina mais de seis mil alemães.

Os administradores brasileiros não escondiam sua preferência pelos germânicos, e de bom gosto, teriam recebidos alemães, suíço, holandeses, belgas, alsacianos e suecos. Havia certa resistência contra italianos, mas por várias circunstâncias, tentou-se também com eles, procurando-se, porém, de início, os habitantes do norte da Itália, onde a influência germânica era bem maior <sup>11</sup>.

Segundo De Boni, os brasileiros desejavam em suas colônias apenas o “melhor elemento” da Europa, priorizando certas etnias. Mais tarde buscou-se na Europa quem tivesse disposto a começar uma nova vida no Brasil. Com a Proclamação da República mudanças aconteceram no processo de colonização.

A colonização privada tornou-se a forma essencial de colonização quando a Constituição republicana, de 1891, transferiu aos Estados as terras públicas e desinteressou-se da imigração colonial. Grandes regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e Paraná foram, então, colonizadas por companhias privadas.<sup>12</sup>

Aos estados coube a iniciativa de transferir as terras “devolutas” para as empresas privadas que continuaram com a formação de núcleos populacionais. Após essa transferência da colonização para os estados e o repasse às colonizadoras, esses benefícios se tornaram cada vez mais inviáveis.

<sup>10</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987 p. 20.

<sup>11</sup> DE BONI, Luiz A. **Causas da Imigração Italiana**. In. Costa, Rovilio. Antropologia Visual da Imigração Italiana. Caxias do Sul: UCS/ESTSLB, 1976. p. 10.

<sup>12</sup> VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Ed. Argos, 2008 p. 24.

### 3.2 ITALIANOS EM SANTA CATARINA

A província de Santa Catarina começou a receber, em grande quantidade, imigrantes italianos somente depois de 1875, por contrato firmado entre o governo imperial e o comendador Joaquim Caetano Pinto Junior.

A imigração italiana começou a afluir só em 1875, atraída pelo governo imperial, a quem pareceu sábia decisão misturar o elemento latino ao germânico, que prevalecia em todo o sul do Brasil e que, desde então começava a ser argumento de alguma inquietação. Foi nesse tempo (...) que foram distribuídos no Reino da Itália e na Região do Trento, milhares e milhares de opúsculos que descreviam o Brasil como o país mais feliz do mundo.<sup>13</sup>

A grande propaganda promovida pelo Brasil, aliada à crise social vivida na Itália, incentivou a chegada de grande número de imigrantes. Em Santa Catarina, os portos de Desterro, Itajaí e Laguna começaram a receber os italianos trazidos pela Companhia Metropolitana, pela Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil e pela Empresa de Terras Grão Pará.

Do porto de Itajaí os imigrantes eram dirigidos para duas principais colônias: Dr. Blumenau e Itajaí – Príncipe, distribuindo-se pelas colônias do Vale do Itajaí num raio de até 100 quilômetros em 1906.

Ao referir-se sobre a procedência dos imigrantes italianos que ocuparam o Sul Catarinense, Dall'Alba diz o seguinte:

A maioria dos nossos colonos provinha das províncias de Belluno, Vicenza, Treviso, Údine, Pádua, Mándova, Verona. Bom número deles foi colocado ao norte entre os alemães, e o resto ao sul, onde constituíram a colônia de Azambuja.<sup>14</sup>

Os italianos desembarcados no porto de Laguna passaram a ocupar as colônias do Sul da província, não só de Azambuja como também a de Grão Pará e Nova Veneza. Sabe-se que essa análise é bastante simplificada, pois talvez se possa estar cometendo alguns equívocos ressaltando apenas essas comunidades.

<sup>13</sup> DALL' ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. p. 105.

<sup>14</sup> DALL' ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. p.157.

Tal estudo, no entanto, ultrapassaria os objetivos deste trabalho, e não se faz necessário neste momento.

Luis A. de Boni nos mostra que o fluxo de imigrantes italianos no Leste de Santa Catarina durou menos de 15 anos, cessando praticamente em 1893. Após a Revolução Federalista (Riograndense) em 1895, a nova República brasileira dissolve os contratos com a Companhia Metropolitana e transfere aos Estados os serviços de imigração, colonização e concessão de terras.

Vale ressaltar que o Brasil facilitou a entrada de imigrantes em suas terras, mas as responsáveis pela imigração e acomodação desses colonos eram empresas privadas situadas na região. Assim sendo, sem recursos e sem meios disponíveis para promover a vinda de mais imigrantes, Santa Catarina passa a acompanhar o crescimento vegetativo das antigas colônias e a incentivar suas expansões em colônias novas nas mesmas regiões.

### **3.3 ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL**

A imigração para o Rio Grande do Sul vai se caracterizar por fortes correntes migratórias. No ano de 1870, a Província do Rio Grande do Sul criou as colônias “Conde D’ Eu” e “Dona Isabel” entre o Rio Cai, e os campos de Vacaria, conseguindo atrair poucos imigrantes diante da prevenção contra o Brasil em diversos países europeus. Contudo, segundo De Boni e Costa, entre 1859 e 1875 pouco mais de 500 italianos teriam entrado no Rio Grande do Sul, muitos deles via Montevideú e Buenos Aires. Como podemos observar, a imigração italiana para o Rio Grande do Sul ocorreu antes da unificação italiana.

No Rio Grande do Sul, a colonização foi feita sob a marca da lei de Terras de 1850, que proibia aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse a compra. Também proibia os colonos de explorarem as terras por meio de escravos, ou de possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que fosse.

Da imigração italiana no Rio grande do Sul, interessa-nos o processo de colonização na região Nordeste, já que foi desta área que ocorreu a colonização italiana e de ítalo-brasileiros ao Oeste catarinense.

Observa-se, diante disso, que as colônias velhas passaram por um processo migratório, aliviando a acentuada pressão demográfica para as condições da época. Este movimento migratório alcançou todo o oeste catarinense a partir das primeiras décadas do século XX.<sup>15</sup>

Entre as colônias no Rio Grande do Sul, estavam “Conde D’ Eu”, “Dona Isabel” e “Caxias”, localizadas nas terras despovoadas da encosta superior da serra, terras estas colocadas à disposição e não escolhidas pelos imigrantes, como aborda Radin em sua análise. Essas terras localizavam-se entre o Rio das Antas e as colônias alemãs da região do baixo Taquari e da Bacia do Rio Cai, simultaneamente ocupadas em menos de dez anos, a contar de 1875, a partir das quais se originaram diversas outras colônias, além do rio das Antas e junto aos rios Carreiro e Guaporé.

É importante ressaltar que havia terras disponíveis em grande quantidade, inclusive devolutas, no Rio Grande do Sul, porém em regiões de “campanha”, onde o modelo fundiário estava baseado no latifúndio e na pecuária extensiva. Donos de grande poder político e de uma das mais importantes fontes econômicas do Rio Grande, os estancieiros não permitiram, a exemplo do que tinham feito anos antes, quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus, que a expansão da fronteira agrícola ocorresse sobre suas terras.

Radin nos guia em sua pesquisa sobre a expansão de todas essas colônias, ainda recebendo imigrantes diretamente da Itália e o remanejamento de famílias já instaladas, as correntes migratórias internas alcançariam na virada do século: Parai, Nova Araçá, David Canabarro, Putinga, Marau, Anta Gorda, Ilopoles e Arvorezinho.

Por volta de 1908, começou um novo movimento migratório interno, como o deslocamento simultâneo de famílias de imigrantes alemães e italianos para o Alto Uruguai gaúcho, na busca de terras em áreas de Lagoa Vermelha e Passo Fundo, em seguida atingindo Erechim, Getúlio Vargas, Sananduva, Sarandi, Carazinho e dezenas de outras comunidades entre o norte da região missioneira e as margens do Rio Uruguai, na divisa com Santa Catarina.

O tamanho reduzido do lote colonial, o crescimento demográfico, e o esgotamento rápido do solo, quando não a crise de colocação de produção, fizeram com que já por volta de 1910 se iniciasse a migração para o Alto Uruguai<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. p. 70.

<sup>16</sup> DE BONI, LUIZ A. e COSTA, Rovilio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Vozes, 1982. p. 70.

As adversidades encontradas pelos imigrantes nas colônias ocasionaram um movimento de busca por novas terras. A chegada dos imigrantes italianos ao eixo Getúlio Vargas - Erechim - Marcelino Ramos coincidiu com a construção da estrada de ferro, na linha de Santa Maria ao Rio Uruguai, inaugurada em dezembro de 1910. A abertura ao tráfego de trens da ponte sobre o Rio Uruguai (em Marcelino Ramos), ligando a linha Rio Uruguai Rio Iguaçu, margeando o Rio do Peixe, atravessava o então território contestado por Paraná e Santa Catarina, para chegar a São Paulo. Na busca de novas terras, a partir daí, os caminhos conduziram os italianos e suas famílias ao Oeste e Meio Oeste Catarinense.

## Capítulo II

### 4 Migração e Colonização: Os italianos no Oeste de Santa Catarina

A colonização italiana no Oeste de Santa Catarina se dá a partir de problemas das colônias do Rio Grande do Sul. Tais fatos aconteceram no início do século XX. As questões levantadas pelo historiador José Carlos Radin explicam a migração italiana do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, e buscam esclarecer temas como o modelo de agricultura, o esgotamento do solo e divisão das terras entre membros das famílias.

Além disso, o tipo de agricultura desenvolvida em praticamente todo o Brasil era muito rudimentar, o que contribuiu para manter o modelo tradicional de cultivar a terra. Esse modelo possuía diversas limitações e desde cedo enfrentou uma crise gradativa, pois as propriedades foram subdividindo-se sempre mais, em virtude das partilhas por herança, do esgotamento do solo e pela falta de técnicas adequadas para recuperá-lo, além dos impostos e baixos preços dos produtos.<sup>17</sup>

Nesse sentido, Radin nos mostra que a vida dos colonos era cada vez mais limitada, tanto na questão das terras com o esgotamento do solo, quanto na questão da partilha entre os filhos. Isso levou os Colonos a irem em busca de novas terras.

Outro fator que condicionou a migração foi o crescimento demográfico das colônias com a ocupação rápida das terras e com um crescimento acelerado das famílias. Logo a colonização alcançou o vale do rio Uruguai. Então, com o crescente número de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul por volta do início do século XX, as fronteiras da colonização gaúcha foram consideradas esgotadas.

No transcorrer das primeiras décadas do século XX, difundiam-se ideias ligadas à necessidade de modernizar o Brasil. Essas intenções eram disseminadas pelos governantes e pelas elites, sejam nacional ou estadual. No estado falava-se das “terras inproveitadas” e da necessidade de “desbravar o sertão”.

---

<sup>17</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. p. 65.

Pode-se afirmar que foi principalmente após o acordo de limites interestaduais que as companhias de colonização foram se apropriando das terras do ex-Contestado e passaram a atrair o excedente populacional do Rio Grande do Sul, sedento da propriedade da terra.<sup>18</sup>

Nesse sentido, Renilda Vicenzi<sup>19</sup> coloca que o estado distribuiu concessões de propriedades de grandes porções de terras a empresas privadas, e estas promoveram a colonização sistemática através da apropriação individual privada do espaço em questão. Monica Hass descreve que:

A estratégia de ocupação do Oeste Catarinense envolveu um casamento de interesses entre o governo estadual e as empresas colonizadoras, que incentivou a vinda de imigrantes, dando início ao processo de ocupação capitalista na região.<sup>20</sup>

A função exercida pelas companhias colonizadoras assumiu um significado particular, pois serviu para colocar em prática um plano ambicioso das autoridades estaduais de “ocupar efetivamente o imenso sertão”. Radin<sup>21</sup> nos mostra que, com a alegação do Estado de que não possuía condições para dirigir a colonização, foram utilizadas para assumir o controle as empresas colonizadoras.

O contexto inicial da colonização também foi marcado pela Guerra do Contestado, que, se por um lado atrasou o processo de colonização, por outro promoveu uma “limpeza da área”, tendo em vista que eliminou e dispersou as populações locais.

No período compreendido entre 1912 e 1916, na área então disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, denominada região do Contestado, uma luta pela posse de terra levou às armas cerca de 20 mil sertanejos. A população local estava revoltada com os governos estaduais, que promoviam a concentração da terra, nas mãos de poucos e com o governo federal, que concedeu uma extensa área, já habitada, à empresa norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul no território.

A “Guerra do Contestado”, nome pelo qual ficou conhecido o episódio, terminou em massacre e rendição em massa dos sertanejos que, embora tivessem se empolgado com as primeiras vitórias, não puderam resistir à superioridade

<sup>18</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros...**, p. 71 na **colonização do oeste catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. p. 71.

<sup>19</sup> Vicenzi, Renilda. **Mito e História na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Ed. Argos, 2008. 162 p.

<sup>20</sup> HASS, Mônica. **O Linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Grifos, 1999. p. 25-26.

bélica das forças repressivas. Terminada a guerra, Paraná e Santa Catarina chegam a um acordo sobre a questão dos limites e a colonização da região é intensificada. Surgem as primeiras cidades e uma cultura regional começa a ser delineada.

Nesse contexto, a migração do Rio Grande do Sul ao oeste de Santa Catarina, que se iniciou de modo especial após o conflito do Contestado e se acelerou entre as décadas de 1930 a 1950, passou a diminuir gradativamente nas duas décadas seguintes.<sup>22</sup>

Radin nos mostra que após a Guerra do Contestado, e, junto a isso, de modo especial, com as demarcações de terras, houve o aumento de migrantes chegando a Santa Catarina. Observa-se ainda que na colonização do Oeste de Santa Catarina prevalece o fluxo migratório do tipo rural-rural.

Com o processo de colonização, dividiram-se as fazendas em pequenas propriedades ou lotes agrícolas para a comercialização, havendo assim o cercamento através da delimitação espacial-territorial das novas propriedades. Essa prática significava a materialização dos títulos de posse, a proteção e a consolidação da propriedade rural.

Como nas colônias velhas riograndenses, a colonização agrupando os lotes em linha propiciava a futura formação de um espaço social já conhecido pelos colonos. Nesse sentido, a região assumiria o significado da área em que as companhias colonizadoras dividiram as terras em pequenos lotes rurais, que por sua vez, também, se constitui num espaço sociocultural.

Aliado a isso, as novas colônias do Vale do Rio do Peixe ofereciam a vantagem da presença da estrada de ferro, facilitando assim tanto o acesso aos núcleos como o conseqüente transporte da produção. Pelo avanço do processo, houve o desdobramento e logo surgiram novos municípios, como Caçador, Videira, Tangara, Capinzal e Piratuba.

Karine Simone destaca que entre as propagandas sobre o Oeste Catarinense estava a boa qualidade do solo e a fartura de água, isso impulsionava a procura de terra na região. Notícias sobre o Oeste Catarinense corriam a Serra Gaúcha. Naturalmente, falava-se apenas dos aspectos positivos da região, os negativos os migrantes descobriam quando chegavam às novas terras.

---

<sup>21</sup> RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó, SC: Argos, 2009. 322 p.

<sup>22</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiro...**, p. 66.

A inexistência ou as péssimas condições das estradas, a ausência de escolas, hospitais e centros comerciais, eram detalhes desconsiderados pelos vendedores das terras. Pelo contrário, na colônia Concórdia afirmava-se que uma extensa rede de estrada transpassa a colônia e a ligava com a importante ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul.<sup>23</sup>

Essas propagandas eram publicadas nos jornais da época, destacando o *Staffetta Riograndense*, de Caxias do Sul, um jornal católico dirigido à colônia italiana, no qual foram veiculadas inúmeras propagandas das companhias colonizadoras, além de várias matérias sobre a trajetória dos migrantes nas áreas de colônias do Sul do Brasil.

O movimento de caráter colonizador do Oeste se estruturou por intermédio de empresas colonizadoras particulares, que recebiam autorização oficial para administrar as terras. Nesse sentido, Piazza menciona algumas dessas empresas:

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e cia, Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Capelle, Bertaso, Maia e Cia, Cia Territorial Sul Brasil, Luce, Rosa e Cia, Empresa Chapeco-Pepery Ltda, Bley e Maia, Sociedade Volksverein, Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda<sup>24</sup>.

A propaganda em jornais era de extrema importância, afinal, a imprensa sempre foi mais do que simples meio de divulgação de notícias, e sim “como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social”<sup>25</sup>. Mesmo assim grande parte do sucesso da colonização se deu através da comunicação entre os próprios colonos, que migraram e depois procuravam influenciar seus parentes e amigos a fazerem o mesmo.

Segundo Karine Simone, as empresas colonizadoras tratavam de excluir os nativos, os caboclos, pois não possuíam títulos de propriedade, dessa forma, eram expulsos pelas companhias e pelos colonos.

A própria ação da companhia colonizadora, através do seu encarregado, que chegou a oferecer terras a quem descobrisse o paradeiro dos jagunços, preocupou-se em limpar a área para a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul.<sup>26</sup>

Em toda a região colonizada do Oeste, o caboclo foi expulso de seus redutos e obrigado a se retirar ou, às vezes, era cruelmente eliminado. Infelizmente

<sup>23</sup> SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia: a colonização italiana no oeste catarinense**. Florianópolis, SC, 2003. p. 55.

<sup>24</sup> PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983. p. 521-549.

<sup>25</sup> SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra Prometida: emigração italiana: mito e realidade**. 2. Ed. Itajaí. UNIVALI, 1999, p. 36.

<sup>26</sup> SIMONI, Karine.. **Além da enxada, a utopia: a colonização italiana no oeste catarinense**. Florianópolis, SC, 2003. p. 58.

desconhece-se versões distintas dos acontecimentos, já que os documentos disponíveis para estudar essas populações na história do Oeste Catarinense são limitados a fontes orais.

O processo migratório do Rio Grande do Sul para Santa Catarina tornou-se, para o Oeste Catarinense, tão ou mais significativo quanto a imigração para o Rio Grande do Sul. Passando por dificuldades em solo gaúcho e influenciado pela propaganda o Oeste de Santa Catarina como uma região promissora, os colonos italianos partiram com a intenção de encontrar um espaço no qual pudessem acomodar a família, garantindo o futuro dos filhos.

A conquista do Oeste catarinense pelos migrantes manteve em comum o fato de não se respeitar os primitivos habitantes. Assim sendo, nesta região, como em muitas outras, repetiu-se, grosso modo, a forma de ocupação na mesma proporção em que os conquistadores foram se apropriando das terras: os nativos passaram a ser eliminados ou expulsos delas.

#### **4.1 A Colonização italiana no Sul de Santa Catarina**

A colonização italiana no Sul de Santa Catarina se dá a partir das saturações das colônias do vale do Itajaí, Blumenau e Itajaí-Brusque. Dessa maneira, o Governo Imperial volta as suas atenções para o Sul da Província de Santa Catarina.

Por portaria de 21 de novembro de 1876, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império Brasileiro, Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, designou uma Comissão para discriminação e medição das terras públicas existentes no Sul de Santa Catarina.<sup>27</sup>

Logo após a portaria e a demarcação de terras, os colonos começaram a chegar à região Sul, de modo significativo. O porto de Laguna recebia todos os imigrantes que vinham para as Novas Colônias já implantadas ou em implantação no Sul de Santa Catarina.

---

<sup>27</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994. p. 202.

Após a chegada ao porto de Laguna, esses colonos se dirigiam em barcos a remo para Morrinhos, nas margens do Rio Tubarão. Piazza<sup>28</sup> nos mostra que a partir de 1877 uma comissão foi instalada no vale do rio Tubarão. Responsável por demarcar as terras, o major de engenharia Antonio Florêncio Pereira do Lago, conduzia até aquele vale os primeiros imigrantes e os entregava à Comissão para a sua localização, assim a Comissão que deveria medir as terras da região passou a tarefa de colonização.

Assim, seguindo pelas picadas de mulas, por serra, montes e vales, atravessando rios e córregos através de trilhas de pedras, em plena floresta virgem, esses imigrantes faziam um grande percurso até chegarem às terras das colônias onde se estabeleciam em definitivo: Azambuja, Armazém, Urussanga, Criciúma, Nova Veneza, Nova Belluno (hoje Siderópolis), Nova Treviso (hoje Treviso), Grão-Pará, Orleans, Braço do Norte...<sup>29</sup>

Nesse sentido, a historiadora Clarícia Otto acrescenta que na vigência do contrato do governo imperial com Joaquim Caetano Pinto, de 30/06/1874, funda-se a Colônia de Azambuja, a primeira colônia no Sul Catarinense, em terras pertencentes à bacia do rio Tubarão. Dela originaram-se Urussanga, Treze de Maio, Accioli de Vasconcellos (Cocal) e Criciúma. Para o historiador João Henrique Zanelatto, “Tubarão constituía-se no centro administrativo desses núcleos coloniais e, juntamente com Laguna, o pólo-comercial”.<sup>30</sup>

Mas como esses imigrantes vieram a ocupar o Sul de Santa Catarina? Isso ocorreu por meio de empresas que tinham a concessão das terras para negociar e através de agenciadores na própria Itália fazendo propaganda.

A empresa Ângelo Fiorita e Companhia, ao obter do governo um território de 30.000 hectares de terra, entregou a direção da Empresa a Miguel Nápoli, de Palermo. Nápoli nomeou Gervásio Bortoluzzi e Gaetano Feltrin como agenciadores, incumbindo-os de mobilizar e trazer imigrantes para Santa Catarina. Esses dois agentes foram à Itália em 1891, mais especificamente às províncias de Treviso, Beluno, Bérgamo, Pádua e Mântua.<sup>31</sup>

Conforme Zanelatto, o território da região “foi demarcado tanto pelo governo quanto por empresas privadas, lotes que variavam em torno de 25 a 30

<sup>28</sup> PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina...** p. 202

<sup>29</sup> BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade:** história da imigração italiana no Brasil: os vênnetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1999. p.68-69.

<sup>30</sup> ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e política:** o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. p. 119.

<sup>31</sup> OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades:** tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006. p. 68-69.

hectares, constituindo-se desta forma dezenas de núcleos coloniais espalhados por toda a região”.<sup>32</sup>

Claricia Otto salienta que os núcleos de imigrantes italianos no Sul do Estado de Santa Catarina constituíram colônias oficiais, isto é, exclusivamente italianas, sem uma sede dirigida por alemães, como foi o caso da colônia Blumenau.

Através de caminhos um tanto quanto dolorosos, os imigrantes foram chegando ao Sul de Santa Catarina, assim se estabelecendo e se desenvolvendo com a própria região. A chegada ao pedaço de terra comprado não significava para o imigrante o “final feliz”, e sim o começo de uma série de desafios para a construção e implantação das colônias: a falta de estrada, meios de transporte, instrumentos de trabalho, entre outros.

Segundo Dall’Alba, para evitar aglomeração de indivíduos de uma só nacionalidade, “distribuíram-se em lotes de tal maneira que um italiano se encontrasse entre um brasileiro e um polonês”<sup>33</sup>, e isso aconteceu principalmente nas colônias de Criciúma, fundada em 1880, e Cocal, em 1885. Segundo os fundadores, havia mais necessidade de usar uma língua nacional para que os povos se compreendessem mutuamente. Mais tarde, com as contínuas mudança de lotes, italianos, brasileiros e poloneses agruparam-se entre si, constituindo colônias de mesma nacionalidade.

Os primeiros imigrantes se estabeleceram à medida que derrubavam a mata, abrindo espaços para a construção de suas casas, plantio de hortaliças e preparo da terra para as culturas de milho, feijão, amendoim, entre outras.

O milho era o principal e mais rentável dos produtos agrícolas. Além de produzir a farinha para a polenta na mesa de cada dia, as sobras, ou eram comercializadas ou, então, usadas na engorda de porcos e na alimentação de cavalos.<sup>34</sup>

Para Zanelatto<sup>35</sup>, esses colonos permaneceram praticamente isolados em torno de seus lotes por um longo período em relação aos hábitos das cidades, pois os locais de encontro e sociabilidade entre os colonos eram a igreja e a venda, e

<sup>32</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política:** o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. p. 105.

<sup>33</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina:** documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. p.159.

<sup>34</sup> BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade...**, p. 15.

<sup>35</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...** p. 139

ocorriam somente nos fins de semana. Assim conservaram comportamentos e tradições semelhantes aos de sua pátria de origem.

O excedente dos produtos plantados nas colônias servia como produto de troca na própria colônia. Quando já se encontravam condições de comprar alguma coisa os colonos adquiririam porcos, vacas, entre outros, mais tarde esses excedente era comercializado na região. Para Zanelatto<sup>36</sup>, a elite lusobrasileira de Tubarão intermediava mercadorias produzidas nos núcleos colônias, especialmente aquelas que faziam parte da jurisdição do município. Segundo o autor:

Alguns descendentes de imigrantes acabaram se estabelecendo em centros urbanos e não somente nos núcleos colônias. Esses descendentes imigrantes deram início a algumas atividades comerciais, como foi o caso dos Schmitz, em Jaguaruna, que intermediavam o comércio da farinha de mandioca entre os núcleos coloniais e Laguna.<sup>37</sup>

A historiadora Claricia Otto ressalta que a ação dos padres italianos no Sul do Brasil tem sido objeto de estudos, que vão se caracterizar em pessoas importantes nas colônias italianas, não apenas por serem líderes religiosos, mas sim, como líderes sociais nas colônias.

O padre Marzano, ao articular com o bispo Scalabrini a vinda, para Urussanga, de religiosas da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, não enfoca apenas a doutrina católica, mas almeja o desenvolvimento econômico e social. Afirma que a instrução seria importante porque favorecia a comercialização dos produtos e a implantação de alguma indústria.<sup>38</sup>

Otto faz uma análise sobre este aspecto: a disputa de poder que passou a existir entre os padres, os comerciantes da colônia, e os cônsules. Segundo Otto, os “insultos, as polêmicas entre líderes ocorriam frequentemente, e visavam ao monopólio de cargos públicos”<sup>39</sup>, como foi o caso da exoneração de Torquato Tasso da função de delegado escolar do município, sendo substituído por Bez Batti. No caso dos insultos proferidos contra o padre Marzano, tinham por objetivo tirá-lo da função de vigário de Urussanga. Para Otto, nos discursos de Bez Batti fica clara a disputa de poder. Percebe-se assim que os esforços são todos direcionados para a conquista e o monopólio do poder nas colônias.

Um ponto a ser destacado sobre os povos indígenas, que nas obras de caráter tradicional são pouco mencionados, e quando o são, mostram-nos como

<sup>36</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...** p. 120

<sup>37</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política ...**, p 132.

<sup>38</sup> OTTO, Claricia. **Catolicidades e italianidades...**, p. 78.

selvagens. Isso é possível perceber no Trabalho de Dall'Alba<sup>40</sup>, no qual os índios são representados de forma pejorativa, tratados como seres inferiores quando comparados ao colono europeu.

Outro aspecto a analisar na colonização italiana no Sul de Santa Catarina diz respeito aos filhos de imigrantes que, ao chegarem à idade de se casar, e construir suas próprias famílias, necessitariam ter suas próprias terras para o seu sustento.

O pai deveria dar ao filho homem um lote de terra para o cultivo e estabelecimento, além da ajuda na construção da casa e efetuar a compra de ferramentas, sementes e equipamentos, carros de bois, cavalos, vacas de leite.<sup>41</sup>

De acordo com Baldin, a ajuda que o pai dava para os filhos homens, e também para as mulheres - para as quais era preparado todo o enxoval da casa -, caracterizava-se como uma tradição. No entanto, também havia os filhos que permaneciam nas casas dos pais e acabavam herdando as terras.

Nesse sentido notamos que a concentração de colonos gerou um esgotamento das terras mais próximas. Além disso, os colonos procuravam terras fáceis de serem pagas, o que, portanto, levava-os a terras mais distantes. Dessa maneira, para essas novas famílias as terras então oferecidas representavam a realização de um sonho. Com esse espírito de aventura e esforço esses jovens casais de colonos saíam das casas e terras de seus pais e partiam para “fazer a vida” na região.

Para Piazza, as movimentações de grande massa de colonos italianos na região do Vale do Tubarão geraram, passo a passo, a transposição para outros vales do Sul catarinense, gerando assim a composição populacional de origem itálica. Para Dall'Alba, no Sul do estado, no triângulo entre o Rio Braço do Norte, ao norte, o Rio Araranguá, ao Sul e a Serra, a Oeste, encontra-se a parte colonizada em que prevalece o elemento italiano.

Zanelatto, em seus estudos, afirma que a região era composta inicialmente por povos indígenas. O autor diz que logo após eram os africanos e luso-brasileiros quem se estabeleciam nos centros urbanos de Tubarão, Laguna e Araranguá, e posteriormente a região foi sendo composta com a chegada do

---

<sup>39</sup> OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades...**, p. 224.

<sup>40</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983.

<sup>41</sup> BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade...**, p. 153.

colonizador europeu, entre eles não apenas “italianos, mas também alemães, franceses, poloneses e letos (russos)”<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...**, p. 119.

## Capítulo III

### 5 Italianos no Oeste e no Sul: Comparando a Colonização

Antes que começar a análise, faz-se necessário introduzir uma definição do termo “colonização” que, em nosso caso, tem um valor muito diverso daquele que comumente ocorre na Europa. Lá, por colonização, se entende sobretudo o domínio político de uma nação sobre o território de outra nação, e a introdução de próprios cidadãos nele.

Na área latino-americana, o termo colonização significa povoamento de vastas áreas de território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamentos, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada “colônia”. O termo “colônia”, porém, às vezes pode significar cada um dos lotes de terra à disposição dos colonos.<sup>43</sup>

Observa-se, portanto, que colonização é um termo que se refere à subdivisão de grande propriedade por meio de organizações públicas ou privadas, visando à colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais. Assim sendo, tanto na colonização do Sul, quanto na do Oeste, em Santa Catarina, destacou-se o caráter privado, pois em ambas as colonizações os colonos compravam suas terras de empresas privadas e em ambas as colonizações eram uma solução para as carências encontradas no Sul do Brasil.

Neste capítulo objetiva-se analisar inicialmente o contexto da imigração e como se encontrava a Itália nesse período. Em um segundo momento, e mais evidente nessa análise, vem à tona a questão da Migração que aconteceu no Oeste e a Imigração que se desenvolveu no Sul. Outro ponto que será discutido e analisado é a questão da venda das terras, que é principalmente exercida por empresas privadas em ambas as colonizações, porém cada uma com suas especificidades, de acordo com o contexto de cada região. É relevante salientar os períodos distintos em que ocorreram as colonizações: no Oeste, a colonização acontece no início do século XX, e no Sul, começa no fim do século XIX.

A colonização italiana no Rio Grande do Sul começa a partir de 1850, mas é principalmente no último quartel do século XIX que ganha força. Sendo esses colonos provenientes de uma Itália com problemas de toda a ordem, isso significa dizer que procuravam uma vida com mais dignidade, com trabalho, alimento e liberdade, e um lugar onde pudessem ter uma perspectiva de futuro.

A Itália unificada acenava, no aspecto material, com a esperança de um futuro melhor, mas a frustração logo tomou seu lugar. A frustração se completava quando o novo Estado se declara anticlerical. Diante disso, para um grande contingente de católicos agricultores pobres, a imigração em massa foi a consequência.<sup>44</sup>

Para Raquel Mombelli, “se sabia o que queria do novo lugar, ao menos no plano institucional os italianos nem imaginavam o que deixavam para trás”<sup>45</sup>. Os imigrantes recém chegados sequer tinham assimilado a ideia de uma Itália havia pouco unificada como Renzo cita em sua obra: “feita a Itália, era necessário agora fazer os italianos”<sup>46</sup>. Embora ao desembarcar fossem denominados “italianos” pelos brasileiros, entre si não se reconheciam como tal, como cidadãos provenientes de um único país. Preferiam identificar-se como vênnetos, lombardos ou com o nome da sua região de origem. Afinal, até a unificação definitiva, a Itália encontrava-se politicamente dividida em três grandes regiões: o Norte, sobre o domínio do Império austro-húngaro; o Oeste, ligado à Casa de Savóia e à França; e o Sul, sob a influência do Vaticano e diversas microrregiões. Nas regiões de maior imigração falavam-se vários dialetos, pois somente após a unificação é que o italiano foi imposto como língua oficial.

O novo Estado italiano não conseguiu oferecer o sustento material a seu povo, frustrando a expectativa acerca de uma vida melhor, e isso acelerou ainda mais a Imigração desses colonos para o Brasil, e conseqüentemente, para a região Sul do país (em especial a encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul).

---

<sup>43</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987 p. 274-275.

<sup>44</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiro...**, p. 46.

<sup>45</sup> MOMBELLI, Raquel; LEITE, Ilka Boaventura. **Mi soi talian gracia a dio : identidade étnica e separatismo no oeste catarinense**. Florianópolis, SC, 1996. p. 33.

<sup>46</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer...**, p. 27.

Como visto no capítulo anterior, as colônias riograndenses passaram por problemas, o que gerou um novo movimento migratório, agora de ordem interna.

A Migração interna corresponde a um processo de deslocamento de pessoas dentro de um mesmo território, o que significa dizer que pode ser entre regiões, estados e municípios. E é justamente isso que acontece na colonização do Oeste de Santa Catarina: os colonos, com grande número de limitações nas colônias riograndenses migraram para o estado vizinho com uma esperança de melhoria na suas condições de vida. Vale lembrar que os colonos que chegaram à região eram em geral filhos e netos de colonos italianos estabelecidos inicialmente nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Portanto, esses migrantes eram nacionais, no relativo à natalidade, aos costumes e língua. Ainda que se tratasse de uma “brasilidade”. Para Radin é

Nesse contexto ocorreram profundas mudanças no quando sócio-econômico da região, pois o processo migratório provocou, para sempre, alterações na sua história. É na dinâmica desse processo que situamos a migração de italianos e ítalo-brasileiros do Rio Grande do Sul ao Vale do Rio do Peixe e ao oeste catarinense<sup>47</sup>.

É, portanto nesse movimento migratório que o Oeste de Santa Catarina vai ser povoado também por italianos, os quais implantaram na região seu modo de vida, mesmo sendo esse modo de vida carregado com algumas práticas da cultura gaúcha.

No mesmo contexto do Rio Grande do Sul, da recém unificação, onde não havia para o Imigrante uma visão de Estado formado, e no qual não havia condições de atender sua população, muitos italianos vão Imigrar para as terras da região Sul da província de Santa Catarina. Assim os colonos do Sul eram Imigrantes, o que corresponde a afirmar que faziam parte de um grupo de pessoas que deixam seu país de origem para outro em busca de melhorias. É isso o que acontece com o Sul de Santa Catarina: com as saturações das colônias do Norte do Estado, o governo volta suas atenções ao Sul do estado, e, diferentemente do que acontece com as colônias riograndenses, não há uma migração das colônias do Norte para as colônias do Sul, os colonos que vão se estabelecer no Sul do estado eram oriundos da própria Itália, com uma carga cultural diferente dos que vão para o Oeste de

---

<sup>47</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiro...**, p. 99.

Santa Catarina. Essa diferença talvez possa ajudar a entender as peculiaridades de cada região.

A colonização italiana para o Rio Grande do Sul ocorre por volta de 1850 em diante. Nesse processo de colonização é possível identificar três contextos de situação em que se encontrava o país europeu: a primeira leva de imigrantes chegou ao Brasil antes de ver a Itália formada como um Estado unitário, assim os colonos não se reconheciam enquanto pertencentes a um Estado, já que a Itália era então dividida em reinos e ducados. O segundo grupo viveu em um estado unificado, porém, não ainda um país unitário, e o terceiro grupo de imigrantes partiu de uma Itália fascista.

Já no Sul de Santa Catarina, onde a Imigração acontece a partir de 1876, seriam dois contextos, o primeiro como estado unificado, e o segundo como Itália fascista. Com a chegada de Mussolini ao poder, este procurou difundir uma nova Itália como moderna, progressista e ordeira, e tendo esses italianos no exterior como instrumentos dessa política, o regime fascista via no Brasil um terreno propício para o desenvolvimento de objetivos econômicos, culturais e também políticos. Para Zanelatto “as relações ítalo-brasileiras no período ficaram restritas basicamente às questões da imigração e às atividades comerciais, a influência política não foi implementada”.<sup>48</sup>

As terras do Oeste eram negociadas diretamente com os colonos no noroeste do Rio Grande do Sul. Renilda Vicenzi destaca que o “público-alvo foi uma população colonial criada pela alta taxa de natalidade dos descendentes de imigrantes italianos, à procura de glebas, devido ao esgotamento das terras disponíveis na região”<sup>49</sup>. Devido à distância curta entre as colônias velhas do Rio Grande do Sul e as novas colônias do Oeste Catarinense, as empresas colonizadoras tinham uma preocupação.

A construção e melhoramento das estradas eram uma preocupação da colonizadora. Quando os primeiros migrantes começaram a visitar e comprar as terras da companhia, os caminhos eram muito precários, tornando as viagens desgastantes e cansativas. A ameaça de não poder escoar a produção desvalorizava as terras e afastava os compradores<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...**, p. 220.

<sup>49</sup> Vicenzi, Renilda. **Mito e História na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Ed. Argos, 2008 p. 81.

<sup>50</sup> VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização...**, p. 74.

Segundo Renilda, as estradas eram abertas manualmente com enxadas, pás, picaretas e carrinho de mão. Dessa forma, as estradas ou caminhos representavam maior e mais rápido desenvolvimento da colonização, uma vez que era através dessas vias que as populações e mercadorias circulariam. Com o povoamento das áreas, as linhas de terra estabelecidas receberam suas respectivas denominações. A nomenclatura das linhas se deu, sobretudo, a partir de opções da colonizadora. Renilda destaca “a inexistência total de qualquer nomenclatura de inspiração italiana, ao contrário do que ocorrera no Rio Grande do Sul”<sup>51</sup>. Tal fato registra o caráter crescentemente nacionalista da República na época, e a adesão da colonizadora à ideologia pública.

Vale destacar que na sua maioria, as terras de Santa Catarina, que eram negociadas com os colonos, são de caráter privado, ou seja, por empresas particulares que ganharam do Estado a concessão das terras para vendê-las. Isso não significa dizer que não havia empresas do Estado negociando, porém a grande maioria dos autores analisados afirma que o destaque eram as empresas privadas.

As terras do Sul eram administradas por empresas privadas que tinham ganhado do estado a concessão de negociá-las, e isso acontecia diretamente na Itália por pessoas escolhidas nas empresas colonizadoras, os agenciadores. Ao contrário do colono, que migra para a região do Oeste, os colonos do Sul não tinham nenhuma noção das terras que estavam comprando, tomavam conhecimento apenas da propaganda feita por esses agenciadores. De acordo com Zanelatto, “os núcleos colônias foram organizados na base de pequenas propriedades; inicialmente a vida dos grupos colônias agrícolas estava voltada para a autossuficiência”<sup>52</sup>.

As colônias de Criciúma, criada em 1880, e Cocal, em 1885, chamam a atenção, pois é nelas que houve uma preocupação em dividir as terras de forma em que ficassem instalados: um brasileiro, um italiano, e um polonês. O objetivo de tal divisão era evitar aglomeração de uma mesma etnia e forçar os colonos a se comunicarem em uma única língua, a fim de que todos pudessem se entender. Contudo, isso não funcionou, já que com as frequentes mudanças de lotes, os colonos acabavam se agrupando conforme sua etnia. Pode-se comprovar tal afirmação pelo fato de que as colônias do Sul têm sua nomenclatura em grande parte

---

<sup>51</sup> VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização...**, p. 78.

<sup>52</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...**, p. 141.

relembrando as cidades da Itália, como por exemplo: Nova Veneza, Belluno (Siderópolis), Treviso entre outras.

No Oeste Catarinense essa prática não se desenvolveu, pois não havia ainda tal preocupação. No entanto pode-se observar que a região não era composta apenas por colonos italianos, havia também alemães e poloneses. Isso fez com que surgissem colônias compostas por etnias variadas, que foram gradativamente compondo o Oeste catarinense.

Outro importante aspecto que difere as colonizações das duas regiões é a época em que acontecem. No Oeste, esse processo só ocorreu no início do século XX, e essa diferença é bastante significativa, uma vez que o Oeste de Santa Catarina estava no meio da Guerra do Contestado. Segundo Radin, tal fato teria atrasado a colonização, e ao mesmo tempo, promovido uma espécie de “limpeza” na região, eliminando ou dispersando a população local. Isso foi de extrema importância para as empresas colonizadoras fazerem suas propagandas nas colônias riograndenses, pois estava eliminado o nativo, em grande parte caboclos.

Após o fim da Guerra do Contestado e o fim da construção da estrada de ferro, a ferrovia se torna um dos alicerces para as propagandas das terras do Oeste, o que faz com que aumente a motivação para a colonização. As terras passaram então a ser vistas como a solução para os problemas enfrentados nas colônias do Rio Grande do Sul. Karine Simone afirma, no entanto, que a maior propaganda das terras do Oeste quem fez foram os primeiros colonos que chegaram ao local. Eles procuravam influenciar seus parentes e amigos a virem para o Oeste. Vale ressaltar que a colonização da região também sofreu com o problema da infraestrutura. Segundo Renilda, nos relatos de migrantes pioneiros, os próprios colonos tiveram que intervir na ampliação, interligação e manutenção dos caminhos.

No Sul do estado não ocorreu conflito que dificultasse a vinda de colonos para a região, pelo contrário, apenas propagandas positivas das terras. Contudo, a infra-estrutura dificultava a chegada dos colonos, afinal, a chegada ao porto de Laguna era apenas o início de uma longa jornada, já que não havia meios de transporte. Os imigrantes faziam o percurso a pé, no meio de picadas abertas na floresta, e essa caminhada poderia levar dias. Nesse sentido, Dall’Alba faz uma descrição (transcrição) através dos relatos dos cônsules na região. Os cônsules relatavam as condições sanitárias, econômicas, morais e políticas dos colonos italianos. Sob o aspecto do bem estar econômico, os colonos italianos podem dividir-

se em duas grandes categorias: os que pagaram seus lotes e os que ainda não haviam pagado. Em relação às estradas, “as piores, as mais negligenciadas e mais abandonadas, ao menos para cá da Serra Geral, são mesmo aquelas que se encontram nas localidades em que predomina o elemento italiano”<sup>53</sup>. As péssimas condições de infraestrutura verificam-se também no Oeste, fato que dificultava e muito o deslocamento do colono e de sua produção.

Mas como estava a região Sul quando os Imigrantes Italianos chegaram? A partir da fundação de Laguna, outros dois municípios foram criados: Tubarão e Araranguá. Esses três municípios se destacavam na região Sul de Santa Catarina com o predomínio da população luso-brasileira. Laguna vai se constituir como a cidade pólo da região e como centro de expansão lusitana no Sul, e aqui cabe destacar que é através do porto de Laguna que toda a economia da região era movimentada. Depois de Laguna, Tubarão vai se tornar a mais importante cidade do Sul Catarinense, povoada também por luso-brasileiros e açorianos do litoral ou do planalto.

No final do século XIX, por volta de 1876, quando se processou a imigração européia para o Sul Catarinense, era através de seu rio que os imigrantes se dirigiam aos núcleos coloniais e por ele escoavam seus produtos. Com um vasto território, o município de Tubarão abrangia toda a colônia Grão-Pará criada no final de XIX pelo Conde D'Eu e a Princesa Isabel.<sup>54</sup>

A colônia de Grão-Pará cobria os atuais municípios de Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Müller. No final do século XIX, Tubarão e Laguna se caracterizaram como centro administrativo desses núcleos coloniais. Além de Laguna e Tubarão, Araranguá se constitui como um dos municípios mais importantes do Sul Catarinense, que foi povoada pelo uso contínuo do Caminho dos Conventos pelas tropas. Em 1880, Araranguá consegue sua emancipação de Laguna. Seus habitantes eram, em sua maioria, africanos, lusos e açorianos.

Foi nesse contexto que se processou a ocupação do Vale do Araranguá com um maior número de imigrantes europeus. Eram criados os núcleos colônias de Nova Veneza, Criciúma, e posteriormente, Turvo, Meleiro e Jacinto Machado.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina...**, p. 65.

<sup>54</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...**, p. 119.

<sup>55</sup> ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política...**, p. 126.

Mais tarde o território de Araranguá sofria as primeiras fragmentações com a emancipação de Criciúma, em 1925, já que perdia sua importância de cidade-pólo da região Sul catarinense para Criciúma.

E o Oeste Catarinense como estava estruturado quando os Migrantes chegaram? Além dos Guaranis, esta região era habitada pelos Kaingang, Xokleng e Caboclos<sup>56</sup>. Os índios Kaingang ocupavam, em especial, a mata de araucária e os campos intermediários, ao passo que os Xokleng habitavam os campos de Lages, Curitibanos e Caçador e as matas de araucária ao Leste. Nas margens dos rios e matas próximas a eles, estavam os cablocos.

O atual território do Oeste Catarinense, a exemplo da maior parte do grande interior brasileiro, permaneceu por longos anos sem ser explorado economicamente pelo elemento branco. Segundo Radin, “a presença de conquistadores no sertão catarinense dá-se a partir das primeiras incursões contra os índios nas missões jesuíticas e, nos campos de Lages e Curitibanos, pelos caminhos de tropas”<sup>57</sup>. Vale ressaltar que os primeiros conquistadores ocupavam as áreas de campo, transformando normalmente em grandes fazendas, voltadas para as atividades de criação.

As mudanças ocorridas na região contestada no início do século XX marcaram para sempre a sua história. A estrada de ferro foi um símbolo da penetração capitalista no vale do Rio do Peixe, e com acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. Com o intuito de facilitar a exploração da região recentemente incorporada, as autoridades catarinenses criaram por decreto, em 1917, os municípios de Mafra e Porto União, na divisa com o Paraná; Cruzeiro (atual Joaçaba), no meio-oeste, e Chapecó, a cerca de 200 quilômetros da divisa com a Argentina.

Por meio das leituras das obras, observa-se que nas colônias do Sul havia uma forte influência dos cônsules, inclusive com relatos detalhados da vida dos colonos, o que as difere das colônias do Oeste de Santa Catarina, onde essa figura de extrema importância para o Sul não aparece.

---

<sup>56</sup> Recebiam a denominação genética de “caboclos” e se constituíam de “índios puros, mamelucos, mulatos, cafuzos, braços e negros, que por uma ou outra razão eram foragidos. Tinham, no entanto, um denominador comum” a necessidade de lutar para sobreviver contra tudo e contra todos. (Radin, 2009, p. 89)

<sup>57</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros...**, p. 17.

Na análise das duas colonizações, muito pôde ser observado sobre as dificuldades enfrentadas, e isso sempre foi potencializado pelos colonos. De acordo com Eunice Ribeiro Durham “quando o migrante diz que a vida na roça era difícil, não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida rural”<sup>58</sup>. Já para Renzo, “a emigração era um fenômeno conhecido pelas populações camponesas também em época anterior à segunda metade do século XIX”<sup>59</sup>. O homem apto a trabalhar deixa a sua casa em busca de uma ocupação que lhe garantisse a sobrevivência.

Em fins de outono muitos homens abandonado os campos, desciam em direção à Itália ou atravessavam os Alpes. Dirigiam-se, de preferência, para as regiões italianas limítrofes da Lombardia e do Vêneto, mas muitos se aventuravam mais ao sul, na Emília, Romanha, Toscana, Estados pontíficos. Outros se dirigiam para o Tirol alemão e para a Suíça.<sup>60</sup>

A emigração temporária, como é chamada por Renzo, constituiu-se por séculos como uma fonte de renda para esses camponeses, além de uma válvula de escape para a sobrevivência da sociedade, que não produzia riqueza suficiente para o sustento das classes. Essa emigração temporária trouxe com ela também ideias de sentimentos e relação com o mundo italiano, e esse relacionamento percebe-se com maior intensidade em algumas zonas do Trentino. Em alguns momentos da unificação, do mundo alemão traziam as notícias da emigração para a América, além das transformações sociais e econômicas que estavam acontecendo na Europa. Para Renzo, o emigrante temporário foi um sistema de comunicação mais rápido e mais eficaz do que o jornal e a ferrovia.

Então essa condição não era vivida por aquele ou esse imigrante e sim por ambos os grupos. As dificuldades foram encontradas e a incerteza da produção não são atribuídos a erros ou à incapacidade do colono, mas a fatores naturais.

Numa cultura de mínimos vitais, qualquer variação nas condições de trabalho, expressa em diferenças climáticas ou de solo, ou mesmo em variantes de benevolência ou severidade do patrão, representa freqüentemente a diferença fundamental entre a subsistência e a fome. É esse fator que torna a mobilidade uma característica tão generalizada da vida rural.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. p. 114.

<sup>59</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer....**, p. 75.

<sup>60</sup> GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer....**, p. 75.

<sup>61</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade....**, p. 120.

Depreende-se dessa ideia a afirmação de que qualquer mudança brusca no seu meio de vida ou de produção, sendo ela climática ou não, fazia imediatamente os colonos pensarem em mudar de terras. Segundo Eunice Ribeiro Durham, “a busca constante de melhores condições de vida nessa sociedade só pode se manifestar no deslocamento geográfico”<sup>62</sup>. Seja os que migraram para o Oeste, oriundos das colônias com problemas do Rio Grande do Sul, seja os que saíram da própria Itália para tentar uma vida melhor no Sul de Santa Catarina, os imigrantes buscavam melhores condições para se desenvolverem e sobreviverem, e tal busca se deu de maneira contínua, chegando a fazer parte das raízes, das memórias dos colonos.

---

<sup>62</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade...**, p. 119.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se apresentar, em linhas gerais, algumas questões envolvendo a Itália quando foi iniciada a imigração de colonos para o Brasil. Buscou-se também tratar de alguns aspectos sobre a política adotada pelo Brasil ao receber esses imigrantes.

Para a compreensão de parte do processo de colonização do Estado de Santa Catarina, observou-se ser imprescindível a análise desse processo no estado do Rio Grande do Sul, afinal, sem entender a colonização italiana no estado riograndense não haveria meios de analisar com clareza o movimento migratório dos colonos italianos para o Oeste de Santa Catarina.

Por meio das fontes bibliográficas consultadas para a elaboração desse trabalho, foi possível entender o desenvolvimento do movimento migratório para a região Oeste, no início do século XX. Esse processo migratório interno ocorreu graças a uma série de fatores, entre os quais: a saturação da terra, a densidade demográfica e a propaganda de novas terras.

Com relação à colonização da região Sul, a imigração aconteceu no fim do século XIX, após a demarcação de terras, as quais foram negociadas na própria Itália. Observou-se que o contexto da região Sul era bastante diferente, uma vez que esta região já contava com certa estrutura, pois contava com três cidades-pólos: Laguna, Tubarão e Araranguá. Não obstante, esses colonos permaneceram isolados em seus lotes com uma produção de subsistência e não tinham com elas uma relação. Tal “isolamento” inicial ajudava-os a manterem seus costumes, no entanto, com o desenvolvimento das lavouras, passaram a interagir com essas cidades, a fim de comercializarem seus produtos.

Conclui-se, então, que a colonização não foi espontânea, e sim uma questão de negócios, programada, feita a partir de interesses das colonizadoras e especuladores que atuaram principalmente na grande densidade demográfica das colônias do Rio Grande do Sul e na região Sul de Santa Catarina. Com relação à colonização Italiana no Oeste e Sul de Santa Catarina, observou-se duas características: a migração e a imigração.

Mesmo não sendo este um estudo aprofundado sobre o tema, afinal, o processo de colonização pelo qual passou o Brasil é bastante complexo, o trabalho objetiva contribuir para um entendimento do processo de colonização italiana nas

regiões Sul e Oeste do estado de Santa Catarina, áreas em que se percebe carência de estudos. Para uma sustentação eloquente, no entanto, seria interessante uma pesquisa não apenas bibliográfica, mas também de fontes primárias e orais, que podem ser, sem dúvida, bases para futuras pesquisas nessa área.

## REFERÊNCIAS

- BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade:** história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1999. 272 p.
- DE BONI, Luiz A. **Causas da Imigração Italiana.** In. Costa, Rovilio. Antropologia Visual da Imigração Italiana. Caxias do Sul: UCS/ESTSLB, 1976. 221 p.
- DE BONI, LUIZ A. e COSTA, Rovilio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Vozes, 1982. 280 p.
- DALL' ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina:** documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. 182 p.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. 245 p.
- GROSSELLI, Renzo M. (Renzo Maria); GIANOTTI, Annarosa. **Vencer ou morrer:** camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 590 p.
- HASS, Mônica. **O Linchamento que muito querem esquecer.** Chapecó: Grifos, 1999. 183p.
- MOMBELLI, Raquel; LEITE, Ilka Boaventura. **Mi soi talian gracia a dio : identidade étnica e separatismo no oeste catarinense.** Florianópolis, SC, 1996. 139 p.
- OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades:** tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006. 287 p.
- PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina.** 3. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994. 376 p.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: Sua História.** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983. 748 p.
- RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense.** 2. ed. rev. e ampl Joaçaba, SC: Ed. UNOESC, 2001. 188 p.
- RADIN, José Carlos. **Representações da colonização.** Chapecó, SC: Argos, 2009. 322 p.
- SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra Prometida:** emigração italiana: mito e realidade. 2. Ed. Itajaí. UNIVALI, 1999. 299 p.
- SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia:** a colonização italiana no oeste catarinense. Florianópolis, SC, 2003. 221 p.

VICENZI, Renilda. **Mito e História na colonização do oeste catarinense.** Chapecó: Ed. Argos, 2008. 162 p.

ZANELATTO, João Henrique. . **Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930.** 373 p.